

Minorias vencem pela pressão na Constituinte

- 1 JUN 1987 ESTADO DE SÃO PAULO FNC p.4

ELIANA LUCENA

Quarenta mil sugestões, a presença constante de fortes lobbies que acompanharam cada passo das discussões e o desinteresse da maioria dos constituintes. Estes foram alguns ingredientes que fizeram com que os negros, índios, deficientes e minorias conseguissem aprovar no anteprojeto da subcomissão, que cuidou desses assuntos, as suas principais reivindicações. Mesmo admitindo ter sido "violentamente pressionado" por estes lobbies, o relator da subcomissão, deputado Alceny Guerra (PFL-PR) afirma ter conseguido elaborar um relatório moderado, aprovado "não pela força de pressão dos lobbies, mas pela habilidade de negociação", ressaltando a atuação do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA). Segundo ele as teses mais radicais como a generalização do princípio da isonomia para os negros — que queriam garantir 40% das vagas nas escolas e nas oportunidades de trabalho — não passaram.

A subcomissão trabalhou quase sempre diante de uma platéia atenta a meia dúzia de constituintes defensores dos direitos desses segmentos, tendo como "musa" a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) que brigou pelas propostas levadas à subcomissão não apenas pelos negros, mas também índios, deficientes e minorias. O anteprojeto agora em discussão na Comissão da Ordem Social conta com 32 artigos destinados ao capítulo de direitos e garantias na nova Constituição.

Alceny Guerra acredita que o anteprojeto que apresentou não sofrerá modificações substanciais na Comissão da Ordem Social, pois preenche uma lacuna deixada pela Constituição no tratamento do direito assegurado a estes grupos. Ele enfrentou sessões agitadas. "Os representantes do movimento negro atuaram com uma verbalização extremamente radical — afirmou — mas estiveram mais abertos à negociação. Já os índios, principalmente através da Igreja — Conselho Indigenista Missionário

— exerceram uma pressão constante e direta na tentativa de impor seus pontos de vista". Os deficientes físicos, segundo Alceny, fizeram um lobby caracterizado pela emotividade, mas acabaram entendendo que algumas de suas sugestões, como a aposentadoria precoce eram, matérias de lei ordinária.

HOMOSSEXUAIS

Desde a sua indicação, o deputado Alceny Guerra — que pleiteava inicialmente ser relator da Comissão de Saúde — anunciou que faria um trabalho avançado. Isso era uma resposta sua aos movimentos de negros, índios, deficientes e minorias que temiam a elaboração de um relatório conservador pelo fato do parlamentar pertencer ao PFL e ser proprietário de terras no Paraná. Para atingir este objetivo Alceny disse que passou por cima até de seu preconceito contra os homossexuais que foram representados pelo movimento Triângulo Rosa. Esta minoria conseguiu incluir no anteprojeto aprovado que "ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de orientação sexual". Alceny admite que ficou angustiado antes de acatar esta sugestão, mas se tranqüilizou quando tomou conhecimento de que o pleito dos homossexuais contava com o apoio do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos. A proposta passou, apesar do protesto do deputado Salathiel de Carvalho (PFL-PE) e da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Ela manifestou a sua preocupação de que um disposi-

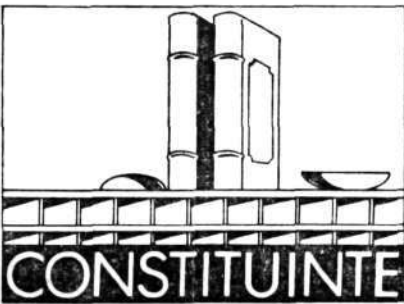
tivo nesse sentido viesse beneficiar "os tarados".

Ao defender o tom "moderado" do anteprojeto, Alceny Guerra disse que a comissão, por nove votos contra três, rejeitou a emenda do deputado Rui Nedel (PMDB-RS) que proibia a exploração do subsolo em áreas indígenas por trinta anos. O documento final mantém o preceito constitucional de que as terras indígenas são inalienáveis e destinadas a posse permanente mas não fecha a exploração do subsolo condicionando-a à aprovação do Congresso Nacional. Este assunto promete voltar polêmico na comissão da ordem social, pois Rui Nedel, já encaminhou à comissão emenda insistindo em sua proposta.

Mesmo cedendo em alguns pontos, na verdade todos os grupos interessados ficaram satisfeitos. Os índios temiam um lobby forte liderado pelas mineradoras e de constituintes que pudessem defender a diminuição das áreas indígenas no País. A Funai chegou a veicular uma propaganda institucional no início dos trabalhos da Constituinte reforçando a idéia que "terra é vida para os índios". Ailton Krenaque, líder do movimento indígena, disse que ficou satisfeito com o anteprojeto pois as principais reivindicações constam do documento.

O mesmo ocorreu em relação ao movimento dos negros, que conseguiu, segundo afirmam seus integrantes, corrigir uma omissão da atual Constituição em relação à discriminação racial. De acordo com o anteprojeto, passará a constituir "crime inafiançável subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor, ou pessoas pertencentes aos mesmos, por meio de palavras, imagens ou representações, através de quaisquer meios de comunicações." Consta ainda do anteprojeto que o País não manterá relações diplomáticas e não firmará tratados, acordos ou convênios com países que desrespeitem a declaração universal dos direitos do homem.

Brasília/ Ag. Estado



FAB poderá perder atribuições

ZENAIDE AZEREDO

A preocupação do Ministério da Aeronáutica com a manutenção das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem interna, aliada ao interesse em resguardar as conquistas militares no campo da segurança nacional, levou-a a subestimar o acompanhamento, na Assembléia Nacional Constituinte, de assuntos puramente profissionais. E o resultado foi arrasador para a FAB, pois nessa primeira fase de trabalhos constitucionais perdeu o Departamento de Aviação Civil e tem o Correio Aéreo Nacional preso apenas por uma tênue emenda, introduzida à última hora, na Subcomissão da Defesa do Estado.

O CAN — orgulho do brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da FAB —, impresso no capítulo das competências da União desde a Constituição de 1946, deixou de ser considerado como tal na Subcomissão a ele afeta, a dos Transportes. Segundo integrantes daquela Subcomissão, a Aeronáutica deixou de atender ao pedido do deputado Sérgio Naia (PMDB-MG) para que alguém fosse até a Assembléia falar sobre o Correio Aéreo Nacional. Na falta de qualquer defesa, a subcomissão acabou votando pela sua abolição do texto constitucional.

Notando a falha, já ao apagar das luzes dos trabalhos da subcomissão, os assessores parlamentares da Aeronáutica não conseguiram reaver a perda e foi na madrugada de domingo, durante a votação do relató-

rio da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (que trata do papel constitucional das Forças Armadas), que o constituinte Otomar Pinto (PTB-RR), brigadeiro da Reserva, alertado pelos assessores da Aeronáutica, conseguiu passar a emenda de reinclusão do Correio Aéreo Nacional naquela Subcomissão, que nada tem que ver com o tema.

A mesma sorte, contudo, os assessores não tiveram com relação ao Departamento de Aviação Civil, concentrando seus trabalhos na Comissão de Defesa do Estado, cujos membros foram, inclusive, levados a conhecer as instalações do Cindacta. Os assessores despreocuparam-se da Subcomissão de Transportes. E foi ali, às vésperas da votação do relatório, que se aperceberam de uma emenda resultante de lobby dos aeronautas e aeroviários, que autorizava a transferência do DAC para a administração civil.

Não mais havendo tempo de se trabalhar em cima dos constituintes daquela Subcomissão, como já havia feito com os membros da Subcomissão de Defesa do Estado, a Aeronáutica acabou perdendo o DAC. Reconhecendo que a "batalha já está ganha" no relatório que trata da participação dos militares na defesa interna, a Aeronáutica preocupa-se em recuperar o tempo perdido e passa a investir naqueles que podem fazer com que a aviação civil retorne às atribuições do Ministério.

Brasília — Ag. Estado



Eduardo Gomes, patrono do CAN

CASAS PRÉ-FABRICADAS CHALÉS

Finas Residências Cz\$ 3.500 m² m² - Madeira Nobre-Garantia de 20 anos - Pronta entrega qualquer parte do Brasil. Av. Ipiranga, 120 Fone (011) 259.6354 Arq. Cajaf

28-6-79